

Ata da 2ª Reunião 2017 do Comitê de Governança de TIC do TRT14

Data	Início	Término	Local	Coordenador da reunião
07/07/17	10:05:00	12:00:00	Gabinete do Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo	Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo

1. Objetivos da reunião

Discussões e decisões referentes aos itens da pauta infradescrita e de itens extrapauta.

1. Apresentação da revisão do PDTI;
2. Plano de ação para resolução CNJ 211/2015 (proad 12805/2016);
3. Aprovação formal da priorização dos projetos de TI;
4. Análise do sistema JusLaboris;
5. Discussão para solução de acesso remoto aos sistemas de arquivos.

2. Participantes

Nome	Lotação
Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo	Gab. Des. Carlos Lôbo
Des. Francisco Pinheiro Cruz	Gab. Des. Francisco Pinheiro Cruz
Lélio Lopes Ferreira Jr.	Diretoria-Geral das Secretarias
Juiz Ricardo César Lima de Carvalho Sousa	1ª Vara do Trabalho de Porto Velho
Robert Armando Rosa	SETIC
Vinícius Vieira Marques	SETIC

3. Discussão da Pauta

A discussão foi iniciada pelo Secretário de TIC, que pediu ao servidor Vinicius V. Marques que apresentasse ITEM 1 da pauta da reunião (revisão do PDTI). Vinícius apresentou sucintamente todos os tópicos do documento e se comprometeu em enviar o documento por e-mail a todos os membros do comitê para apreciação e ulterior aprovação.

Após a apresentação dos projetos constantes do referido Plano Diretor, o Desembargador Carlos Augusto G. Lôbo suscitou a necessidade de aprimoramento da ferramenta de pesquisa de jurisprudência do Tribunal. Robert sugeriu a criação de um projeto no escritório de Gerenciamento de Projetos de TIC para atender a esta demanda EGP-TIC e todos acataram a sugestão.

ITEM 2: O plano de ação foi apresentado ponto a ponto pelo Secretário de TIC que levantou a dificuldade em realizá-lo, tendo em vista a escassez de recursos humanos. Nessa seara, o Desembargador Francisco Pinheiro Cruz discutiu acerca da nova sistemática de pedidos de criação de cargos e citou que já há projeto de criação de cargos do Egrégio TRT14. Inobstante, sugeriu a confecção de um projeto de criação de cargos especificamente para a SETIC, tendo em vista o amparo normativo da res. CNJ 211/2015.

ITEM 3: A lista de projetos priorizada será enviada para assinatura dos membros, após a repriorização.

ITEM 4: Após discussão, a implantação do Juslaboris foi aprovada pro unanimidade.

ITEM 5: Robert expôs a dificuldade atual da plataforma “gabinete virtual”, apontando que o maior problema é o acesso aos arquivos no servidor de arquivos do tribunal. Apresentou as opções em estudo pela SETIC para solucionar o problema de acesso remoto pelos servidores e magistrados e, em consonância com o pensamento da SETIC, o Juiz Ricardo César sugeriu a utilização de uma solução em nuvem para o acesso aos arquivos, citando especificamente a atual solução em nuvem do TRT14 (Google) como ótima opção para ser utilizada. Robert questionou se deve a SETIC realizar estudo sobre o armazenamento em nuvem do TRT14 e todos os presentes foram de acordo com a realização do estudo.

ITEM 6: Robert expôs a necessidade de o Comitê do Pje atuar no que tange à realização de suas responsabilidades, principalmente no que tange à aprovação das versões do Pje para implantação no ambiente do TRT14.

- **Discussões Extrapauta**

- **Cortes orçamentários:** Lélío expôs os cortes no orçamento da SETIC.
- **Infraestrutura de gravação das câmeras do CFTV:** Robert explicou a falta de recursos tecnológicos para armazenar a gravação as câmeras e explicou que a SETIC entende que a aquisição da solução de armazenamento e o suporte técnico da solução deve ficar a cargo da DSILS, participando a SETIC apenas com orientação e apoio técnico secundário. Todos os presentes concordaram.
- **Bloqueios de dispositivos de armazenamento USB:** o Secretário de TIC expôs os motivos pelo qual o uso de dispositivos de armazenamento via USB foi restringido no ambiente do TRT14 e, em contrapartida, relatou as reclamações dos usuários originadas devido a esta restrição. Solicitou o posicionamento do CGTIC em relação à liberação ou não do uso desses dispositivos e, após discussão, os membros decidiram manter a proibição.

4. Decisões e Providências

a. Decisões

Item da Pauta: 4

Assunto: Análise do sistema JusLaboris

Decisão	Implantação aprovada.
----------------	-----------------------

Item da Pauta: 5

Assunto: Discussão para solução de acesso remoto aos sistemas de arquivos

Decisão	A SETIC está autorizada a iniciar estudo sobre as opções de acesso ao sistema de arquivos eletrônicos do TRT via internet (solução em nuvem).
----------------	---

Item da Pauta: extrapauta

Assunto: Bloqueio de dispositivos de armazenamento USB

Decisão	A proibição do uso de dispositivos de armazenamento USB deve ser mantida.
----------------	---

b. Providências

Item da Pauta: 1

Assunto: Apresentação do PDTI

Providência	Remessa do PDTI 2017-2018 para apreciação dos membros		
Responsável	Vinícius V. Marques	Quando	Assim que possível

Item da Pauta: 1

Assunto: Apresentação do PDTI

Providência	Inclusão de projeto de aperfeiçoamento da pesquisa de jurisprudência no portfólio de projetos de TIC.		
Responsável	Robert A. Rosa	Quando	Assim que possível

Item da Pauta: 3

Assunto: Aprovação formal da priorização dos projetos de TI;

Providência	Repriorizar os projetos, incluindo o projeto de pesquisa de jurisprudência, e remeter para o CGTIC para assinatura.		
Responsável	Robert A. Rosa	Quando	Assim que possível

Assinado e datado eletronicamente